6° CONGRESSO NACIONAL DE BIBLIOTECÁRIOS, ARQUIVISTAS E DOCUMENTALISTAS

AVEIRO, 6-8 DE MAIO DE 1998

A FORMAÇÃO DOS ARQUIVISTAS NO BRASIL: BREVES CONSIDERAÇÕES

Mariza Bottino[1]

Nossa comunicação se propõe traçar um panorama sobre a formação profissional do arquivista no Brasil e levantar algumas questões concernentes às diretrizes curriculares para reflexão entre os colegas aqui presentes no 6° Congresso Nacional de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas, promovido por esta atuante e dinâmica associação profissional coirmã, que é a Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas.

Os cursos de formação de arquivistas no Brasil têm sua origem em 1922, quando Alcides Bezerra, à época diretor do Arquivo Nacional, propõe a criação de curso técnico para habilitação dos funcionários do Arquivo Nacional.

No final da década de 50, outro diretor do Arquivo Nacional, José Honório Rodrigues, retoma o projeto de criação de cursos, instalando a Seção de Cursos do Arquivo Nacional. Em 1959 têm início, na instituição, cursos de formação de arquivistas, voltados para seus funcionários, ministrados pelo arquivista francês Henri Bouiller de Branche. A partir desse momento, a arquivística começa a receber um tratamento científico, propiciando a expansão do conhecimento na área. Essa "missão francesa" passa a constituir um referencial histórico na formação dos arquivistas brasileiros.

A partir de 1960, o programa de ensino arquivístico se denomina Curso Permanente de Arquivo, com duração de dois anos, só podendo se habilitar os portadores de certificado de conclusão do curso hoje equivalente ao segundo grau.

Até o início dos anos 70, o sistema de organização dos cursos de arquivística no Brasil se caracterizava por seu vínculo ao Arquivo Nacional, com forte influência

[1] Professora da Universidade do Rio de Janeiro-UNIRIO, Universidade Federal Fluminense-UFF, Diretora do Arquivo Central da UNIRIO, Presidente da Associação dos Arquivistas Brasileiros - A A B

no perfil curricular. À época, os cursos enfatizavam os conteúdos de História e das ciências auxiliares e eram voltados, principalmente, para os arquivos públicos.

Em meio a esse contexto, é criada, em 20 de outubro de 1971, a Associação dos Arquivistas Brasileiros - AAB, com uma atuação marcante e decisiva nos rumos da Arquivoiogia no Brasil, e, principalmente, no que diz respeito à formação profissional universitária.

Em 1972, através do Parecer n° 212 de 7 de março, o Conselho Federal de Educação autoriza a criação de cursos de Arquivoiogia em nível superior. Em cumprimento à recomendação do I Congresso Brasileiro de Arquivoiogia, realizado na cidade do Rio de Janeiro, em outubro de 1972, de "que seja fixado o currículo mínimo do Curso Superior de Arquivo", a AAB encaminha o projeto do currículo do curso de Arquivoiogia ao Conselho Federal de Educação.

Finalmente, através da Resolução n° 28 de 13 de maio de 1974, o Conselho Federal de Educação fixa o currículo mínimo do curso de graduação em Arquivoiogia e sua duração. A estrutura proposta, e ainda em vigor, é composta das seguintes matérias, introdução ao estudo do direito; introdução ao estudo da história; noções de estatística; introdução à administração; arquivo I-IV[2]; história administrativa, económica e social do Brasil; paleografia e diplomática; noções de contabilidade; notariado; língua estrangeira moderna e estágio supervisionado. A duração mínima do curso foi fixada em 2160 horas.

A década de 70 constitui um marco no desenvolvimento profissional arquivístico, pontuado por fatos relevantes, como: - criação da Associação dos Arquivistas Brasileiros (1971); - fixação do currículo mínimo dos cursos (1974); regulamentação profissional (1978); e, - florescimento dos cursos de graduação em Arquivoiogia.

Quanto a este último item, podemos destacar o seguinte: em 1977 a Federação das Escolas Federais Isoladas do Estado do Rio de Janeiro, atual Universidade do Rio de Janeiro (UNI-RIO), absorve o Curso Permanente de Arquivo do Arquivo Nacional. Neste mesmo ano é criado o curso de graduação na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), no Rio Grande do Sul. No Estado do Rio de Janeiro, além do curso da UNIRIO, já existente, passa a funcionar em 1979 o curso da Universidade Federal Fluminense (UFF).

A década de 80 é marcada pela estagnação no crescimento de cursos de graduação em oposição ao surgimento, junto às universidades, de cursos de pós-graduação lato-sensu, em nível de especialização.

Entretanto, em 1990 emerge a questão da graduação em Arquivoiogia com a implantação, em 1991, do curso na Universidade de Brasília (UNB). Durante todo

" Arquivo 1-lV compreende; conceito, funções, história dos arquivos, conservação e restauração de documentos, arquivos correntes, intermediários e permanentes, arquivos especiais e especializados.

esse período foram envidados esforços por parte de universidades para a criação de cursos com poucos resultados positivos, tendo sido bem sucedidas a Universidade Federal da Bahia (UFBA) e a Universidade Estadual de Londrina (UEL), que no primeiro semestre de 1998 iniciaram seus cursos.

Enfim, no que diz respeito aos cursos de graduação, hoje no Brasil podemos contar com seis cursos regulares, assim divididos pelas regiões geográficas.

a- região nordeste
Universidade Federal da Bahia (Salvador, BA)
b- região centro-oeste
Universidade de Brasília (Brasília, DF)
c- região sudeste
Universidade do Rio de Janeiro (Rio de Janeiro, RJ)
Universidade Federal Fluminense (Niterói, RJ)
d- região sul
Universidade Federal de Santa Maria (Santa Maria, RS)
Universidade Estadual de Londrina (Londrina, PR)

Enquanto os cursos de graduação se concentram sobretudo nas regiões sudeste e sul, e floresceram na década de 70 e 90, estabelecendo um hiato nos anos 80, foi justamente nesta década que começaram a se organizar os cursos de pós-graduação, lato-sensu, em nível de especialização, na UNI-RIO, UFF, UFBA, Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Universidade de São Paulo (USP), Universidade Federal da Paraíba (UFPB), e, Arquivo Nacional.

Destas instituições, a USP vem mantendo regularmente, desde 1986, curso de pós-graduação, sendo que neste primeiro semestre está sendo oferecido o XII Curso de Especialização em Organização de Arquivos, cujo objetivo é o de capacitar pessoal de nível superior para atuar em organização de arquivos públicos e privados, partindo do estudo da produção e avaliação de documentos como patamar indispensável ao conhecimento e aplicação das etapas posteriores de aprendizado: processos técnicos, disseminação da informação e políticas de arquivo.

Pelo segundo ano consecutivo a UFF, através do Departamento de Documentação, está oferecendo Curso de Especialização Lato Sensu em Planejamento, Organização e Direção de Arquivos. A Gestão da Informação nos Arquivos Correntes e Intermediários. O principal objetivo do curso é o de formar especialistas em gestão da informação arquivística que possam atuar, profissionalmente, nos setores privado e público.

Apresentadas algumas informações relativas a criação e existência de cursos de formação de arquivistas em nível de graduação e pós-graduação, passaremos

para o segundo ponto, que é a reflexão em tomo das diretrizes curriculares dos cursos de Arquivoiogia.

Ao se estruturar o currículo necessário à formação dos recursos humanos, devemos refletir em tomo do trinômio: universidade-sociedade-formação profissional.

O entendimento deste trinômio é fundamental na lógica da elaboração dos currículos dos cursos, que não devem ser analisados sob o prisma reducíonista da profissionalização e especialização. Os currículos devem ser entendidos como um artefato social e cultural. Longe de serem vistos como um elemento neutro de transmissão do conhecimento, devem ser elaborados e compreendidos enquanto processo histórico-sociat.

No que diz respeito à ***universidade,*** devemos pensar o papel que ela desempenha e , sobretudo, na indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão, que deverá permear todo o processo de ensino-aprendizagem.

À universidade cabe preservar e realimentar a reflexão, a investigação, a intelecção, aguçar o espírito especulativo, a vontade de saber, de aprimoramento, tudo isso subsidiado, evidentemente, por recursos pedagógicos e tecnológicos existentes em nosso tempo e fundamentado em princípios éticos, democráticos, e ideais de liberdade, esperança e perseverança, fazendo com que se persista, mesmo diante de dificuldades.

Quanto à ***sociedade,*** deve-se estar atento às questões levantadas pelo mercado de trabalho, estimular uma maior aproximação com as instituições arquivísticas do país, estabelecer a ***interface*** com a associação profissional de arquivistas, e desenvolver mecanismos com vistas a uma maior interação entre os cursos e organizações da sociedade, incentivando projetos de cooperação e parcerias inter-institucionais.

E do terceiro elemento do trinômio, que é a ***formação profissional,*** é preciso traçar o perfil do profissional que se pretende formar; avaliar o nível de formação, graduação ou pós-graduação; destacara importância da prática profissional com o planejamento adequado do estágio, bem como prever a existência de laboratórios, e pensar, também, entre outros elementos, na questão da interdisciplinaridade sobre a qual gostaria de tecer algumas considerações.

O mundo moderno caminha em direção a um confronto entre o conhecimento fragmentado, a superespecialização, em oposição a um conhecimento mais abrangente, onde o profissional busca nas outras áreas do saber, em outras disciplinas, informações complementares, pois se faz cada vez mais necessário um profissional capaz de projetar, executar e avaliar, ou seja, atuante em todo o processo.

Segundo Japiassú (1976), "interdisciplinaridade é uma relação de reciprocidade de mutualidade que pressupõe uma atitude diferente a ser assumida frente ao problema do conhecimento, ou seja, é a substituição de uma concepção fragmentária por unitária do ser humano. É uma atitude de abertura, não preconceituosa onde todo conhecimento é igualmente importante. Pressupõe uma atitude engajada, um comprometimento pessoal. Atitude feita de curiosidade, de sentido de aventura, de intuição das relações existentes entre as coisas, e que escapam à observação comum. A interdisciplinaridade exige uma nova Pedagogia, a da comunicação."

Assim, é a partir da exploração do que é fundamental, bem como do que é diferente entre as diversas áreas, que avança o conhecimento. Da interação das várias áreas/disciplinas se estabelece uma dinâmica de trocas, de forma a estruturar o ensino e a formação profissional. Logo, a interdisciplinaridade deve ser entendida à luz do conceito de interação, pressupondo troca, cooperação e não somente a integração de disciplinas, que seria a justaposição, acarretando, na maioria das vezes, a multiplicidade de disciplinas.

Hoje em dia, diante da complexidade das organizações, do aumento das necessidades e demandas de informação por parte da sociedade, o arquivista se coloca diante de situações as mais distintas, que lhe impõem uma formação adequada, habilitando-o a assumir, com qualificação, as tarefas de planejar, organizar, avaliar e gerenciar serviços de arquivos. A arquivística não esgota em si mesma todo o conhecimento necessário ao desempenho de suas funções. Pela própria natureza de seu campo de estudo, assume um caráter interdisciplinar, onde o ensino deve estar aberto à interlocução com tantas outras áreas do saber e disciplinas.

O projeto de elaboração de um currículo interdisciplinar deve ser concebido como um conjunto coerente, integrado e interno. É nesse ponto que reside a lógica da interdisciplinaridade.

Diante de todas essas questões, tornou-se imperativa uma revisão da legislação básica que regulamenta a formação profissional do arquivista. Apesar da flexibilidade e autonomia dos cursos universitários na elaboração do currículo pleno, o currículo mínimo ainda é aquele fixado há mais de duas décadas, ou seja, em 1974.

Essas mudanças se fazem necessárias para atender às demandas da sociedade, que exige um novo perfil do profissional da informação, como também em razão da Lei n° 9394/96 de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

Esta nova Lei gerou transformações substanciais no sistema de ensino brasileiro. Entre tantas propostas inovadoras, assinalaríamos aquela voltada para os cursos superiores de graduação que estabelece as diretrizes curriculares atendendo ao

inciso Ii do artigo 53 da referida Lei que é o de "fixar os currículos dos seus cursos e programas, observadas as diretrizes gerais pertinentes".

Assim, os cursos de Arquivoiogia das universidades estão vivenciando um momento muito produtivo, onde estão florescendo discussões bastante promissoras em torno do que é fundamental na formação do profissional de arquivo, cujas propostas deverão ser encaminhadas ao Ministério da Educação e do Desporto para discussão no âmbito da Comissão de Especialista de Ensino na respectiva área de conhecimento.

A Associação dos Arquivistas Brasileiros, visando a cooperação em tudo que se relacione com o desenvolvimento dos arquivistas e dos arquivos, também está se fazendo presente nesta discussão através da criação, em agosto de 1997, de um Grupo de Trabalho, com representação dos segmentos universitário e profissional para propor novas diretrizes curriculares para a formação do arquivistas adequada às reais necessidades. Os primeiros resultados do trabalho já foram disseminados, em dezembro do ano passado no Boletim da AAB, no âmbito dos profissionais, docentes e discentes, visando a troca de informações em prol da melhoria da proposta.

Esta iniciativa da AAB vem firmar a importância da participação das associações profissionais marcando presença neste tipo de discussão.

O Ministério da Educação e do Desporto, através da Secretaria de Educação Superior conforme estabelecido no Edital n° 4/97, de 10 de dezembro de 1997, sinaliza para a importância da participação na discussão das diretrizes curriculares, de uma ampla parcela interessada da sociedade.

Propõe a integração das Instituições de Ensino Superior com associações profissionais, associações de ciasse, e outros setores envolvidos, através de encontros, grupos de trabalho etc, visando garantir diretrizes curriculares articuladas tanto às reformas necessárias à estrutura da oferta de cursos de graduação quanto aos perfis profissionais demandados pela sociedade.

Finalizando, esperamos ter alcançado o objetivo da comunicação, que é traçar um panorama sobre a formação dos arquivistas no Brasil. Evidentemente que o tema, longe de estar esgotado, é apenas o início de um caminho com muitos veios para se refietir.

Muito obrigada.

Referências bibliográficas

ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS. **Arquivoiogia: textos e legislação.** Rio de Janeiro: AAB, 1979. 52 p.

ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS. **Arquivoiogia II: textos e legislação.** Rio de Janeiro: AAB, 1982. 56 p.

BOTTINO, Mariza. As associações de arquivistas, as universidades e o desenvolvimento profissional. **O papel da ibero-américa na comunidade arquivística internacional.** Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1998. p. 13-16.

BOTTINO, Mariza. A interdisciplinaridade no ensino da Arquivoiogia: porquê e para quê. **Raízes e Rumos.** Rio de Janeiro, v.2, n. 4, p. 21-25, 1995.

BOTTINO, Mariza. Panorama dos cursos de Arquivoiogia no Brasil: graduação e pós-graduação. **Arquivo & Administração.** Rio de Janeiro, v. 15-23, p. 12 - 18, 1994.

BRASIL. Lei n° 9394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Edital n° 4 de 10 de dezembro de 1997.

COELHO, Ildeu Marinho. Ensino de graduação: a lógica de organização do currículo. **Educação Brasileira.** Brasília, v. 16, n. 33, p. 43-75, 1994.

CONGRESSO BRASILEIRO DE ARQUIVOLOGIA, 1., 1972. Rio de Janeiro. **Anais** ... Rio de Janeiro: AAB, 1979. 726 p.

JAPIASSU, Hílton. **Interdisciplinaridade e patologia do saber.** Rio de Janeiro: Imago, 1976.

RODRIGUES, J. H. Nota liminar. In: SCHELLENBERG, T.R. **Manual de arquivos.** Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1959. P. 5-8.